

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 12

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar aposentadorias com reajuste anual em 25 de janeiro 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lupi promete zerar fila e nega deficit do INSS 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Marinho promete revisar reforma e incluir trabalho por aplicativo 4

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula decide revogar oito privatizações em andamento 5

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro da CGU anuncia grupo para rever sigilos de cem anos 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prorrogar desoneração sobre combustíveis tira R\$ 25 bilhões dos cofres de Lula em 2023
..... 7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ANFIP

Contribuintes esperam alívio no bolso (Editorial) 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
ANFIP

Defasagem na tabela do IR é de 145,56% 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para ministro, correção da tabela do IR deve ser feita apenas em 2024 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda calcula ser possível fazer ajuste de R\$ 223 bi 11

O POPULAR - GO - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf e a democracia fiscal (Artigo) 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Banco Mundial sugere agenda e alerta para contas públicas 13

INSS começa a pagar aposentadorias com reajuste anual em 25 de janeiro

São Paulo - O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar aposentadorias, pensões e outros benefícios com reajuste anual em 2023 entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro. As datas foram definidas no calendário de pagamentos do **INSS**, que vale para 37 milhões de beneficiários no país.

Quem tem um benefício equivalente ao salário mínimo receberá o novo piso nacional entre os dias 25 de janeiro e 7 de fevereiro, informou o **INSS**. O governo federal atualizou o salário mínimo de 2023 para R\$ 1.320, conforme aprovado no Congresso. Quase 70% dos beneficiários recebem o salário mínimo.

Aposentadorias, pensões, auxílios-doença e Benefício de Prestação Continuada (BPC) não podem ser menores que o salário mínimo.

Já os segurados com renda mensal acima do piso terão seus pagamentos creditados a partir de 1º de fevereiro com o reajuste da **inflação** acumulada em 2022.

No caso de benefícios acima do piso, o governo aplica o reajuste da **inflação** registrada no ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado da **inflação** de 2022 no dia 10 de janeiro de 2023.

Para consultar o dia exato em que irá receber a renda previdenciária em cada mês de 2023 no calendário de pagamentos do **INSS**, o segurado deve conferir o número do seu benefício, que tem dez dígitos e aparece no seguinte formato: 999.999.999-9, e considerar o penúltimo número. Segundo o **INSS**, para quem um benefício há algum tempo, vale a data habitual. (Folhapress)

Lupi promete zerar fila e nega deficit do INSS

Rafaela Gonçalves

Zerar a fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e promover uma revisão da reforma previdenciária aprovada pelo Congresso em 2019 foram as prioridades anunciadas ontem pelo presidente do PDT, Carlos Lupi, ao assumir o cargo de ministro da **Previdência Social**. Ele afirmou que pretende organizar um mutirão com governos estaduais e prefeituras para colocar em dia os pedidos de aposentadoria e benefícios. "Meu objetivo é acabar com essa fila, que destrói a cidadania", declarou.

Sem dar detalhes, Lupi disse ainda que quer discutir o que chamou de "antirreforma" da Previdência, em referência às regras aprovadas no início do governo de Jair Bolsonaro (PL). Para o novo ministro, ao contrário do que vem sendo afirmado há anos, a Previdência não tem déficit. As declarações tiveram impacto no mercado financeiro (veja ao lado).

"Quero formar uma comissão quadripartite, com representação dos sindicatos patronais, dos empregados, dos aposentados e do governo, para discutir com profundidade o que foi essa antirreforma da Previdência, discutir com números e com profundidade", alegou.

"A Previdência não é deficitária.

Vou provar isso a cada dia que estiver nesse ministério. E vou provar com números, dados, informações", disse o ministro, que argumenta que parte da arrecadação constitucionalmente destinada à Previdência não está no balanço financeiro do sistema, o que levaria a uma visão equivocada da situação. De acordo com dados do Tesouro Nacional, em 2021, a **Previdência Social** (RGPS) registrou deficit de R\$ 262 bilhões.

Ação conjunta

Os relatórios da equipe de Transição apontaram que cerca de 5 milhões de processos estão há mais de 45 dias aguardando análise do **INSS**. O caminho para acabar com o problema, de acordo com o ministro, passa por uma ação conjunta com governantes de estados e municípios, informatização e prestígio aos funcionários que atendem o público.

"Com a automação e um mutirão que eu pretendo rapidamente, ainda este ano, acabar com a fila e ter a entrega das respostas dos benefícios da previdência o mais rápido possível", disse Lupi.

Lupi prometeu ainda dar transparência aos dados mensais de aposentadorias, beneficiados, pedidos e demandas não atendidas, "para que a população possa cobrar". Ele anunciou também a criação de um cartão com identidade nacional única para aposentados, com o objetivo de facilitar o acesso a benefícios como gratuidade nos transportes. Outra meta é baixar as taxas de juros sobradas nos empréstimos consignados a aposentados e pensionistas. (RG)

Marinho promete revisar reforma e incluir trabalho por aplicativo

ANDRÉ BORGES

O novo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, tomou posse ontem com a promessa de fazer uma revisão da reforma trabalhista realizada pelo ex-presidente Michel **Temer** para incluir, entre outros pontos, a formalização dos trabalhadores de aplicativo. Segundo ele, o governo não vai retomar a cobrança do imposto sindical, que era feita anualmente de todos os trabalhadores, e que foi extinta pela reforma trabalhista de 2017.

Ele também afirmou que a ideia é fortalecer os sindicatos por meio de outros mecanismos.

"Fortalecimento (dos sindicatos) passa pelo processo de privilegiar a negociação coletiva.

Imposto sindical não existirá mais no Brasil", garantiu Marinho, que pretende enviar ao Congresso até maio a nova política de valorização do salário mínimo, a mesma utilizada em governos anteriores do PT, que considerava a **inflação** e o índice de crescimento da economia do País como critérios para estabelecer o valor. "Se (a política) tivesse sido mantida, o salário mínimo estaria superior ao anunciado pelo presidente", comentou.

Por determinação de Lula, o Ministério do Trabalho e Emprego foi recriado, deixando de estar vinculado ao Ministério da **Previdência Social**, que também passa a existir de forma independente.

Em seu discurso de posse, Luiz Marinho não chegou a usar a expressão "reforma trabalhista", mas elencou diversas propostas que deverá priorizar.

"Queremos, em pouco tempo, juntamente com o Congresso Nacional, construir uma legislação que modernize o nosso sistema sindical de relações de trabalho e que nos aproxime das melhores práticas existentes no mundo nesse campo." O novo ministro disse, por exemplo, que vai atuar com o apoio de parlamentares para que o Congresso Nacional acelere o processo de regulamentação da convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata de assegurar novos direitos aos funcionários públicos.

O ministro mencionou as mudanças de rotinas de trabalho causadas pela pandemia da covid-19, como o

teletrabalho, e disse que essas situações devem ser alvos de regulamentações.

Marinho também mencionou a necessidade de regulamentar novas plataformas e aplicativos de serviços utilizados por pequenas e microempresas.

"Essas novas ferramentas digitais se multiplicaram durante a pandemia e vieram para ficar. Daremos prioridade para regulamentar as relações de trabalho mediadas por aplicativos e plataformas, considerando, especialmente, questões relativas à saúde, segurança e proteção social." O novo ministro disse que a pasta vai atuar para extirpar do País situações de trabalho análogo à escravidão, além de garantir direitos trabalhistas a funções como diaristas e trabalhadores autônomos.

Outra prioridade destacada por Marinho diz respeito à equiparação de direitos e salários entre homens e mulheres, brancos ou negros. "Temos de enfrentar, superar de uma vez essas desigualdades."

"Daremos prioridade para regulamentar as relações mediadas por aplicativos, com questões relativas à saúde" Luiz Marinho Ministro do Trabalho

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula decide revogar oito privatizações em andamento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) determinou aos novos ministros que sejam tomadas providências para revogar os atos que dão seguimento às privatizações de estatais.

O despacho publicado na segunda-feira (2) justifica a medida em razão de uma "necessidade de assegurar uma análise rigorosa dos impactos da privatização sobre o serviço público ou sobre o mercado no qual está inserida a referida atividade econômica .

O recém-empossado presidente divulgou uma lista de empresas que devem ser incluídas nesta determinação. São elas: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; Empresa Brasil de Comunicação - EBC; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep; Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro; armazéns e os imóveis de domínio da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab constantes do Anexo ao Decreto nº 10.767, de 12 de agosto de 2021; Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA.

Com base nas empresas listadas, a adoção de medidas para interromper a desestatização das companhias foi instada aos ministros da Casa Civil, da Agricultura e Pecuária, de Minas e Energia, das Comunicações, da Fazenda, da **Previdência Social** e ao secretário de Comunicação Social, além do presidente do PPL. Após a publicação do despacho, as ações da Petrobras chegaram a cair mais de 6%, com os investidores ainda de olho nas ações do futuro presidente da companhia, Jean Paul Prates.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=126571>

Ministro da CGU anuncia grupo para rever sigilos de cem anos

EDUARDO GONÇALVES
eduardo.goncalves@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Ao tomar posse ontem, o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, anunciou que já constituiu um grupo de trabalho para analisar a revisão dos casos de sigilos de cem anos **impostos** pelo governo Bolsonaro. Essa foi uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele afirmou que o governo Bolsonaro fez uso "indiscriminado e indevido" dos sigilos sob o "falso pretexto da segurança nacional". E que o lema de sua gestão será adotar a transparência como "regra" e o sigilo como "exceção".

-A partir de hoje, a Lei de Acesso à Informação voltará a ser cumprida. O Portal da Transparência voltará a desempenhar o seu papel. Não há democracia sem um Estado transparente, aberto ao diálogo e ao controle social, onde o sigilo não é a regra-disse.

Nos últimos quatro anos, o governo Bolsonaro colocou em sigilo documentos como os nomes das pessoas que visitaram a primeira-dama Michelle Bolsonaro no Palácio da Alvorada, as entradas dos filhos do presidente no Palácio do Planalto, o processo instaurado pela **Receita Federal** sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso das rachadnhas e telegramas diplomáticos relacionados à prisão do ex-jogador Ronaldinho Gaúcho, no Paraguai.

O ministro também disse que irá reexaminar uma nota técnica da CGU que previa punição para servidores pela divulgação de opinião ou crítica sobre assuntos internos do órgão no qual trabalha.

- Não há democracia em um Estado em que há mordada de servidores. Por isso, anuncio que seja reexaminado no prazo de 30 dias a nota técnica - afirmou Sem dar detalhes, ele citou que os dados apresentados pelo governo anterior não eram "confiáveis" e defendeu "transparência e participação" nas instituições. Carvalho ainda afirmou que Lula lhe pediu pessoalmente para priorizar na CGU "o combate à corrupção".

Promessa de campanha de Lula, a derrubada dos sigilos de cem anos **impostos** pelo governo Bolsonaro

esbarra na Lei Geral de Proteção de Dados. A chamada LGPD, que vigora desde 2020, veda a divulgação de determinadas informações pessoais de cidadãos. Técnicos que auxiliam o petista concluíram que não é possível fazer um "revogaço" e que será preciso analisar caso a caso.

Um caminho seria a divulgação parcial dos documentos, mantendo ocultas determinadas informações, com tarjas. A palavra final fica a cargo da CGU, responsável por garantir os instrumentos de transparência no Executivo federal.

A gestão Bolsonaro costumava usar um artigo da Lei de Acesso à Informação (LAI) para classificar dados como sigilosos. A legislação prevê que uma informação considerada de caráter pessoal, relativa à "vida privada" de alguém, deve ser resguardada por cem anos. Estabelece ainda que informações sensíveis à segurança nacional podem ser mantidas em sigilo por 25 anos.

O novo governo avalia, no entanto, que os critérios usados para amparar essas decisões de Bolsonaro são subjetivos. Eles entendem que grande parte das informações vedadas é de interesse público e, por isso, deveria ser aberta à consulta.

Em um estudo de setembro, a Transparência Internacional Brasil (TI) apontou que a falta de diretrizes claras para a divulgação de informações "parece contribuir para uma tendência crescente das autoridades públicas de se recusarem a revelar informações por motivos altamente controversos, particularmente sob o atual governo do presidente Jair Bolsonaro".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Prorrogar desoneração sobre combustíveis tira R\$ 25 bilhões dos cofres de Lula em 2023

A prorrogação da desoneração sobre combustíveis terá um custo de R\$ 25 bilhões aos cofres do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

O valor consta na exposição de motivos da MP (medida provisória), assinada pelo petista no mesmo dia em que foi empossado no cargo, de modo a evitar que um aumento de **tributos** marcasse o início de sua nova gestão.

A perda de arrecadação já está contemplada nas previsões do Orçamento de 2023 e, por isso, não demandará compensações adicionais. No entanto, significa um revés para a equipe econômica, já que Haddad e sua equipe resistiram à prorrogação e, diante da opção política de adotá-la, trabalharam para tentar limitar a um período mais curto (30 dias), de modo a recompor o caixa de forma mais significativa e emitir um sinal de compromisso com as contas.

A MP prorrogou até o fim do ano a desoneração de PIS/ Cofins sobre diesel, biodiesel e gás de cozinha. Os demais combustíveis, como gasolina e etanol, tiveram o benefício estendido até 28 de fevereiro.

A proposta de Orçamento foi enviada por Jair Bolsonaro (PL) em agosto de 2022, contemplando uma perspectiva de prorrogação de todas as desonerações por um ano. O custo cheio da medida foi calculado em R\$ 52,9 bilhões.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) e sua equipe resistiam à desoneração e esperavam que a reversão do benefício permitisse a redução do rombo de mais de R\$ 220 bilhões que ficou após a aprovação da PEC que autorizou o aumento de despesas em até R\$ 168 bilhões neste ano.

Se por um lado a nova desoneração frustra em parte esse plano, por outro o impacto é menor que o programado no Orçamento. Assim, Haddad ainda conseguiria, em tese, recuperar R\$ 27,9 bilhões, amenizando parte do déficit.

O impacto positivo, porém, ainda é incerto porque membros da ala política veem necessidade de estender os benefícios por mais tempo do que apenas

os dois meses, até que Lula encontre uma solução estrutural para o preço dos combustíveis.

Na segunda (2), Haddad disse que a prorrogação das desonerações foi uma decisão tomada por Lula devido ao "atraso da transição da Petrobras" - a companhia será presidida pelo atual senador Jean Paul Prates (PT-RN), mas ainda há um trâmite burocrático para a indicação formal. A intenção é discutir uma solução conjunta para combustíveis.

Como mostrou a Folha, o novo governo quer analisar o PPI (Paridade de Preços de Importação), política adotada pela Petrobras que mantém o preço dos combustíveis alinhado aos do mercado internacional.

Enquanto não há solução definitiva, a discussão sobre os combustíveis envolve uma balança delicada entre custos políticos e econômicos. Revertera desoneração teria um impacto potencial significativo no bolso dos consumidores e consequentemente sobre a **inflação** logo. Na gasolina, cujo benefício só está garantido pelos próximos dois meses, o aumento poderia ser de R\$ 0,69 por litro na gasolina.

Secretaria notifica postos que aumentaram preço

O secretário da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), Wadih Damous, disse nas redes sociais que já mandou notificar postos de combustíveis que aumentaram o preço dos combustíveis no início deste ano. "Inaceitável e inexplicável a alta da gasolina, pois não houve aumento no preço internacional do barril de petróleo e a isenção de **tributos** federais sobre os combustíveis foi renovada. Como secretário nacional do Consumidor, já mandei notificar esses postos. Parece coisa orquestrada!"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50146>

Contribuintes esperam alívio no bolso (Editorial)

Correio Braziliense

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conseguiu a proeza de aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) no Congresso Nacional antes mesmo de tomar posse e garantiu, dessa forma, sua principal promessa de campanha: o pagamento de R\$ 600 aos beneficiários do Bolsa Família com o adicional de R\$ 150 por filho de até 6 anos. Começou seu terceiro mandato com os recursos necessários para atender aos mais pobres e para recompor o orçamento dos ministérios da Saúde e da Educação e ainda assegurar investimentos públicos, mas está longe de cumprir todas as medidas anunciadas durante a campanha para atrair eleitores numa disputa acirrada e que dividiu o país e não terá margem para erros. Falta atender à demanda por alívio no bolso dos contribuintes, por exemplo.

O petista se apoiou no apelo do combate à fome e atendimento aos mais necessitados para garantir a aprovação da PEC da Transição no Congresso e na distribuição de cargos para assegurar uma possível base de apoio no Legislativo, mas não terá facilidade com as propostas mais polêmicas, como a mudança na política de preços da Petrobras e a **reforma tributária** com a alteração no Imposto de Renda de forma a permitir a isenção de imposto para quem tem vencimentos de até R\$ 5 mil. A medida vai implicar perda de receita tributária no momento em que falta dinheiro para executar o Orçamento dentro das regras do Teto de Gastos.

A defasagem da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que foi corrigida pela última vez em 2015, chega perto de 150%.

O cálculo da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco) leva em conta ajustes feitos no IR e a **inflação** acumulada desde 1996. Hoje, quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês está isento do Imposto de Renda. Para valores de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65, a alíquota é de 7,5% e para rendas de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05 por mês, é de 15%. De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68, a tributação é de 22,5% e acima de R\$ 4.664,68, 27,5%.

Corrigindo a tabela pela defasagem acumulada no governo Jair Bolsonaro, a faixa de isenção passaria para R\$ 2.500,44. Com base em 1996, a correção

elevaria esse valor para R\$ 4.710,49, chegando próximo aos R\$ 5 mil da promessa eleitoral. Em 2018, o então candidato Bolsonaro prometeu isentar de IR quem recebesse até cinco salários mínimos. Como o ex-presidente terminou seu mandato sem mexer no IRPF e sem cumprir sua promessa de campanha, Lula terá que fazer alguma mudança para, no mínimo, se diferenciar do antecessor.

E já mostrou simpatia pelo fim das deduções das despesas com saúde do cálculo do imposto.

Com a faixa de isenção subindo para R\$ 5 mil, 15 milhões de contribuintes ficariam isentos do IRPF, pelos cálculos do Unafisco.

Ainda que não alcance o patamar prometido, é urgente efetivar uma correção da tabela do Imposto de Renda, uma vez que a cada ano, com a **inflação** corroendo o poder de compra dos salários, trabalhadores e aposentados começam janeiro pagando mais imposto. Além disso, com a promessa de aumento real para o menor vencimento do país e a não correção da tabela, em poucos anos quem recebe salário mínimo pode ter de recolher Imposto de Renda, o que seria uma aberração do ponto de vista do critério de capacidade contributiva para a instituição de um tributo.

É preciso evitar que a injusta carga tributária brasileira, que pesa sobre os mais pobres seja fator para ampliar as desigualdades gritantes que existem no país no qual 70% dos trabalhadores ocupados recebem até dois salários mínimo mensais. O presidente Lula tem razão em dar prioridade aos brasileiros que têm fome ou vivem em situação de insegurança alimentar, mas terá de olhar também para os 70% dos trabalhadores brasileiros ocupados que recebem até dois salários mínimos, que com renda bruta mensal de R\$ 2.640 têm que pagar 7,5% de Imposto de Renda (sem considerar deduções).

Ainda que o desconto não seja alto, ele é injusto e é essa injustiça que precisa ser corrigida com a correção da tabela do IR ou com uma **reforma tributária** que contemple a redução da carga de imposto sobre trabalhadores e aposentados.

Defasagem na tabela do IR é de 145,56%

São Paulo - Os brasileiros iniciam mais um ano pagando mais Imposto de Renda (IR) por falta de reajuste na tabela usada para calcular os descontos em salários e aposentadorias.

O último reajuste integral da tabela que determina a faixa de isenção e alíquotas foi feito em 1996. Com isso, aposentados e trabalhadores pagam um percentual desproporcional à reposição salarial anual, prejudicando o aumento real da renda, avaliam especialistas.

Desde 1996, a tabela passou por atualizações, sendo a última em 2015 durante o segundo governo da então presidente Dilma Rousseff (PT). Mesmo assim, não houve reposição completa e a defasagem acumulada é de 145,56%, estima levantamento de outubro da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional).

A projeção da entidade é que a União arrecade, em 2023, mais de R\$ 320 bilhões com o IR, dos quais R\$ 190 bilhões seriam indevidos. "Quem paga são os assalariados que têm apenas a reposição da **inflação** nos salários e pagam mais IR ano após ano. São recursos que deveriam estar nas mãos das famílias e não estão", afirma o presidente do Unafisco Nacional, Mauro Silva.

Atualmente, quem recebe até R\$ 1.903,98 por mês está isento do Imposto de Renda.

Caso a tabela fosse corrigida integralmente, contribuintes com salários de até R\$ 4.675,38 não precisariam arcar com esses **tributos**. Assim, o número de isentos passaria de 7.948.772 para 24.542.434, representando uma redução de pelo menos R\$ 186,8 mil na arrecadação, segundo a entidade.

Promessas - A correção integral da tabela do IR foi promessa de campanha de Jair Bolsonaro (PL) em 2018.

Em junho de 2021, o governo enviou uma proposta, como parte da **reforma tributária**, ao Congresso. A Câmara dos Deputados aprovou o texto, que não avançou no Senado.

Só nos últimos quatro anos, a defasagem estimada pelo Unafisco Nacional é de 30,35%.

Uma das promessas do presidente Luís Inácio Lula da

Silva (PT) é a isenção para quem recebe até R\$ 5.000. Embora houvesse a expectativa de que o ajuste fosse incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (PT), coordenador da legenda nas negociações do Orçamento de 2023 durante o governo de transição, afirmou que se trata de uma meta "para mandato".

Ainda que o governo eleito não tenha sinalizado quais são os planos para correção da tabela, a expectativa é que o processo seja gradual, com alterações anuais. Teoricamente, ao elevar o valor da isenção, poderia haver um impacto proporcional às demais faixas.

No entanto, sem a sinalização do próximo governo, não é possível determinar quais critérios serão utilizados.

Na avaliação de Silva, não se trata de uma renúncia fiscal, uma vez que a quantia é arrecadada indevidamente.

Mesmo assim, o valor oriundo do IR já está previsto no Orçamento do ano que vem. A correção integral e de uma só vez exigiria um esforço fiscal muito grande, o que reforça a tese de que as mudanças serão graduais e não imediatas.

"Esperamos que, ainda no primeiro ano de mandato, o governo Lula já assuma alguma recomposição ou correção emergencial para que as pessoas tenham algum alívio. O mínimo seria a correção com base na **inflação** de 2022 via medida provisória ou, ainda, corrigir pelos últimos quatro anos", afirma o presidente da Unafisco Nacional.

Se o novo governo corrigisse a tabela de acordo com a **inflação** dos últimos quatro anos (30,35%), 13.516.492 aposentados, pensionistas e trabalhadores que recebem até R\$ 2.481,80 ficariam sem pagar o IR. (Flavia Kurotori/ Folhapress)

Para ministro, correção da tabela do IR deve ser feita apenas em 2024

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sinalizou ontem que a correção da faixa de isenção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) só entrará em vigor no ano que vem.

Em entrevista ao portal 247, ele justificou que não pode fazer a correção este ano devido ao princípio da anterioridade. Por essa regra, uma medida de aumento do IR só pode entrar em vigor no ano seguinte. No entanto, para reduzir imposto não é necessário esperar a virada do ano.

A promessa de correção do limite de isenção da tabela do Imposto de Renda para cinco salários mínimos (R\$ 6,6 mil) foi feita por Haddad em 2018, quando era candidato nas eleições presidenciais.

Lula repetiu a promessa na campanha do ano passado, apesar das recomendações de economistas do PT de que a medida traria grande perda de arrecadação e aumentaria a chamada "regressividade" do sistema tributário. Essa situação acontece quando a cobrança de **tributos** pesa proporcionalmente mais no bolso dos **mais pobres**.

O grupo de economistas da campanha recomendou que Lula voltasse atrás na promessa. A campanha chegou a divulgar que a correção, caso Lula fosse eleito, seria feita para R\$ 3 mil, mas depois houve recuo. A faixa de isenção está hoje em R\$ 1,9 mil. A atual tabela está em vigor desde 2014. Sem correção, o contribuinte paga mais imposto a cada ano. Com o novo salário mínimo de R\$ 1.320, quem recebe 1,4 salário mínimo terá que pagar IR em 2023.

Segundo a especialista em Imposto de Renda Elizabeth Libertucci, Haddad poderia fazer a correção da tabela este ano. Mas ela ponderou que o governo já sinalizou que pretende aumentar a tributação dos contribuintes com rendas mais elevadas para compensar a redução da tributação de quem ganha menos. Nesse caso, precisaria esperar 2024 para a medida entrar em vigor.

A tributarista sugere como alternativa a concessão do desconto simplificado em bases mensais. Hoje, o desconto é aplicado na declaração de ajuste anual. Os contribuintes têm um desconto padrão de 20% sobre a base de cálculo de imposto, limitado a R\$ 16.754,34.

De acordo com a especialista, atualmente o desconto simplificado onera as faixas mais baixas e não causa efeitos significativos nas classes mais altas.

Haddad disse ainda que o governo fará um pente fino nos descontos com gastos de saúde.

Ele disse que, moralmente, é preciso coibir abusos e que não é "agradável" ver um gasto com tratamento estético ser abatido do imposto a pagar.

Compensação Governo pretende elevar tributação de quem ganha mais para reduzir peso sobre quem ganha menos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fazenda calcula ser possível fazer ajuste de R\$ 223 bi

MANOEL VENTURA manoelventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu da sua equipe uma avaliação preliminar e uma lista de medidas com as quais seria possível fazer um ajuste fiscal de até R\$ 223 bilhões neste ano, o equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

As simulações foram apresentadas em uma reunião na manhã de ontem com todo o primeiro escalão do ministério. Ainda não há decisões tomadas sobre as ações. Haddad espera enviar um cardápio de opções ao presidente Lida nos próximos dias. O governo estuda ainda outras ações.

Um dos principais objetivos do ministro no curto prazo é reduzir a projeção de déficit previsto para este ano, fixado em R\$ 231 bilhões, de acordo com o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.

Em uma apresentação feita durante a reunião, a equipe estimou que seria possível obter R\$ 87,53 bilhões em receitas extraordinárias com duas medidas. A primeira delas seria arrecadar até R\$ 53,77 bilhões com um "incentivo extraordinário à redução da litigiosidade" no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**). Outros R\$ 33,77 bilhões viriam de um "incentivo extraordinário à denúncia espontânea".

Há cerca de R\$ 1 trilhão em discussão no **Carf** e um dos focos de Haddad será acelerar a análise dos processos do órgão. Isso beneficiaria tanto o contribuinte quanto o governo. O **Carf** é o tribunal administrativo da **Receita Federal**.

CORTE DE R\$40 BILHÕES A lista inclui ainda um total de R\$ 72,55 bilhões com a reanálise de **impostos** e outras medidas tributárias. A maior parte viria do aproveitamento de créditos do ICMS pelos contribuintes, com potencial de elevar as receitas federais em R\$ 30 bilhões, de acordo com as apresentações feitas durante a reunião.

Outros R\$ 9,01 bilhões sairiam da desoneração de 35% linear feita no IPI e R\$ 4,4 bilhões em reoneração do PIS/Cofins sobre receita financeira. Essa segunda medida já foi tomada pelo governo, mas seus efeitos ainda estão sendo avaliados.

Do lado da despesa, a equipe apresentou sugestões para cortar R\$ 40 bilhões em gastos. Seria possível reduzir até R\$ 15 bilhões com a revisão de contratos e programas e outros R\$ 25 bilhões com uma execução inferior ao autorizado no Orçamento de 2023.

Por fim, há uma medida cuja execução é mais simples. Seria possível injetar R\$ 23 bilhões de receitas do PIS/Pasep que estão paradas em contas há décadas. Isso já foi autorizado pela "PEC da Transição" que permitiu transformar em receita do governo recursos do PIS/ Pasep que não tenham sido sacados há mais de 20 anos.

Em entrevista ao site "Brasil 247" ontem, Haddad anunciou que pretende apresentar a Lula um plano com ações de curto, médio e longo prazo para a agenda econômica. Segundo ele, a ideia é tratar do tema em seu primeiro despacho com o presidente, previsto para ocorrer nos próximos dias.

"DESENROLA" SAI EM JANEIRO Em janeiro, pela previsão do ministro, será divulgado o desenho do programa "Desenrola", voltado para negociação de dívidas e uma das promessas de campanha. Segundo ele, o programa não vai se restringir às famílias e também será dirigido às pequenas empresas. Ele afirmou que o seu secretário-executivo, Gabriel Galípolo, tratará da proposta primeiramente com os presidentes da Caixa e do Banco do Brasil.

- Queremos contar com bancos privados, se possível - afirmou na mesma entrevista.

O ministro disse que agora está "caindo a ficha" do mercado, após conhecer os números sobre as medidas do governo anterior, que tiveram impacto de R\$ 300 bilhões, entre gastos e renúncias fiscais: - O que aconteceu com o mercado é que está caindo a ficha que a irresponsabilidade tomou conta do país em 2022.

A Bolsa fechou em queda de 3,06% na segunda-feira, com os papéis da Petrobras desabando mais de 6%, e o dólar subindo 1,52%, a R\$ 5,358.

Carf e a democracia fiscal (Artigo)

A questão fiscal é um elemento central para os desafios que o Brasil deve vencer antes de superar as suas desigualdades históricas e crescer em um ambiente de prosperidade, respeito à democracia e cumprimento dos direitos fundamentais. Não há objetivo em nossa realidade social e econômica cujo alcance se exonere de uma abordagem relacionada às finanças públicas. O custeio das políticas de enfrentamento à pobreza, a promoção de equilíbrio climático e ambiental, o crescimento econômico e a inclusão de populações estruturalmente oprimidas são temas que remetem, necessariamente, às dimensões tributária, creditícia, orçamentária e monetária.

Há, em meio à produção científica especializada na matéria, um consenso, decorrente de robustos levantamentos empíricos, que assim dispõe: i) o volume e a qualidade redistributiva da arrecadação tributária em um país crescem em conjunto com a intensidade e a variedade dos canais democráticos abertos à participação social e; ii) procedimentos decisórios participativos impulsionam maior adesão popular ao dever de pagar **tributos**, além de maior legitimidade para o combate à inadimplência e à sonegação.

Em suma, democratização (variável independente) produz crescimento econômico e redução de desigualdades (variáveis dependentes), por meio de aumento do volume, da progressividade e da legitimidade dos **tributos** (variáveis intervenientes).

O Brasil ainda possui um vasto caminho a percorrer em direção à modernização democrática das suas instituições tributárias. Um elemento nessa direção diz respeito à reforma do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Carf**. Pouco conhecido pela população não especialista em **tributos**, este órgão profere as decisões definitivas em recursos interpostos por contribuintes contra lançamentos ou autuações tributárias. O destino de bilhões de reais é, anualmente, ali decidido. Ocorre, porém, que se trata de um órgão colegiado em que a representação de grandes empresários possui um poder desequilibradamente hegemônico.

Um estudo do Instituto de Justiça Fiscal constatou que ali há um nítido viés em favor dos interesses apresentados pelos setores economicamente dominantes na sociedade. Isto se deve, principalmente, a duas razões: i) o Conselho possui representação do Estado e dos contribuintes, mas, caso as decisões cheguem a um empate, prevalece a

pretensão do setor privado, sem um voto de qualidade do Poder Público e; ii) são considerados contribuintes, para indicarem representantes ao **Carf**, apenas federações de patrões, com pontual exceção para as centrais sindicais nos casos de **tributos** previdenciários. Em resumo, é o próprio empresariado quem dá a última palavra, no Brasil, sobre a legalidade das cobranças dos **tributos** que deve pagar.

É possível mudar esse cenário e democratizar o **Carf**. Duas medidas são fundamentais nesse caminho. Primeiramente, a devolução ao Estado (que cobra **tributos** com base na Lei e representa os interesses de toda a coletividade) do voto de qualidade em caso de empate nas decisões. Em segundo lugar, a abertura da composição do Conselho para toda a sociedade (ONGs, movimentos sociais, associações científicas, sindicatos etc.), mediante processos eleitorais estruturados segundo os mais avançados recursos de democracia digital.

Assim, faremos jus ao argumento de que, se todos nós somos afetados diretamente pelas decisões tributárias, então, em respeito ao princípio constitucional da isonomia, todos devemos ter assento nos órgãos que as proferem. São modificações simples, passíveis de implementação até mesmo por Medida Provisória. O impacto em termos de legitimidade da administração tributária e de aprimoramento da qualidade da nossa arrecadação tende a ser, porém, colossal.

(Francisco Tavares é professor da Faculdade de Direito da UFG)

Site: <https://opopular.com.br/digital/04-janeiro-2023/10-caderno>

Banco Mundial sugere agenda e alerta para contas públicas

Assis Moreira De Genebra

O Banco Mundial preparou um documento com sugestões para entregar também ao novo governo em Brasília para ajudar na elaboração de políticas contra o baixo crescimento e limitadas oportunidades de renda na maior economia da América Latina.

Entre 2010-2019, o Brasil teve crescimento médio anual do **PIB** per capita de apenas 0,53%, bem abaixo dos 4,03% de países de renda média alta, 1,4% dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 1,39% do México, por exemplo, segundo o banco. Ou seja, o Brasil ficou para trás.

Nas "Notas de Políticas Públicas para o Brasil", o Banco Mundial destaca que, ao olhar para o futuro sob um novo governo, o país tem a tarefa de garantir a recuperação de choques passados e construir um futuro com mais oportunidades para toda a população.

Constata que a crise de 2014-2016, a pandemia de covid-19 e as consequências da guerra na Ucrânia tiveram um impacto profundo no país, reduzindo o crescimento, aumentando o desemprego e elevando a **inflação**. E acrescenta: "Essas crises também contribuíram para uma década que apresentou poucos ganhos na luta contra a desigualdade. As disparidades existentes se ampliaram devido ao impacto desproporcional desses choques nos mais vulneráveis. Uma recuperação incipiente está em andamento, mas frágil e está exposta a uma incerteza maior, dada a perspectiva sombria global e os crescentes riscos climáticos".

Nesse contexto, o banco apresenta uma "agenda priorizada" em torno de quatro questões que considera de maior relevância para a recuperação e a resiliência futura do Brasil.

A primeira é o objetivo de promover o desenvolvimento de forma sustentável, considerando "o desafio imediato de situar as enormes necessidades de crescimento, inclusão e ação climática do país dentro de um quadro macroeconômico confiável e políticas fiscais eficientes e eficazes".

Diz que, considerando a crescente demanda por assistência social e necessidades de investimentos em

infraestrutura, o atual debate em torno do futuro do teto de gastos como a principal âncora fiscal era esperado. Mas chama atenção para o fato de que as finanças públicas estão realmente em uma base frágil. O nível de endividamento do Brasil é superior ao de países comparáveis e pode "aumentar em espiral" se não houver disciplina fiscal contínua. Sugere que uma âncora confiável deve ter regras fiscais simples e transparentes para apoiar a comunicação e a adesão ampla, com cláusulas de escape que devem ser bem definidas para enfrentar choques.

Para o banco, as transferências sociais precisam ser mais eficientes e progressivas. O Brasil proporciona alguma forma de complemento de renda para as famílias em todos os setores da distribuição de renda. Mas o banco avalia que esse apoio é concedido de forma fragmentada e sobreposto, ou seja, cria duplicidade em algumas famílias e falta de cobertura em outras. Com nova abordagem, o banco calcula que se economizaria cerca de R\$ 144 bilhões, ou 17% menos do custo projetado em proposta eleitoral (R\$ 173 bilhões).

Insiste na importância de tornar a tributação mais eficiente e progressiva no país. Isso passa por harmonizar a tributação sobre a renda nas diferentes bases fiscais, eliminar as isenções para dividendos e renda de aposentadoria e também as isenções fiscais "regressivas e ineficientes". No geral, as isenções fiscais foram estimadas em R\$ 320 bilhões, ou 3,3% do **PIB** em 2022, representando um peso significativo para as contas públicas.

Também defende controle da remuneração e do sistema de previdência do setor público. Avalia que as reformas, incluindo administrativa, reforçariam a sustentabilidade fiscal do sistema sem aumentar a pobreza.

A segunda questão é a construção de oportunidades por um crescimento liderado pela produtividade. Nota que, com a crescente dependência dos brasileiros em relação a políticas de assistência social, é fundamental retomar a visão de crescimento e de emprego como especialmente importantes para a dignidade e a mobilidade da população pobre.

Entre opções de políticas públicas para aumentar a produtividade e o crescimento, o banco sugere ao

governo intensificar a integração e a concorrência por meio do comércio; aumentar a inovação e o avanço tecnológico; melhorar o ambiente de investimento; modernizar a infraestrutura. Tudo isso precisaria ser complementado com reformas específicas setoriais.

A melhora do ambiente de negócios no país é também central. O banco cita estudo do governo de 2019, que estimou que fazer negócios custa às empresas R\$ 1,5 trilhão a mais no Brasil do que em economias da OCDE.

Também calcula que o déficit de financiamento da infraestrutura brasileira está rapidamente se aproximando de US\$ 800 bilhões.

Em terceiro lugar, o Banco Mundial sugere ao governo aumentar as habilidades e a inclusão econômica da população pobre para que estes tenham maior capacidade de captar as oportunidades que surgem com o crescimento. Isso inclui, por exemplo, recuperar perdas de aprendizagem, reduzir as taxas de abandono escolar, melhorar a qualidade do ensino, reformular o Sistema Nacional de Emprego (Sine).

O quarto tema é para o Brasil concretizar o potencial como economia verde. Isso passa por reduzir o desmatamento ilegal até 2028, ter indústrias e cidades resilientes e agricultura inteligente para o clima, por exemplo.

Conforme o Banco Mundial, com o aumento da perda e degradação florestal na Amazônia, esse bioma pode em breve atingir um ponto de inflexão, em que grandes áreas da bacia amazônica, dentro e fora do Brasil, não teriam chuvas suficientes para sustentar os ecossistemas nativos ou fornecer serviços ecossistêmicos essenciais, com consequências para os principais setores de crescimento do país.

O impacto projetado de um potencial ponto de inflexão da Amazônia sobre o **PIB** acumulado do Brasil até 2050 foi estimado "de forma conservadora" em cerca de R\$ 920 bilhões.

O banco defende adoção do sistema de comércio de emissões, considerar a criação de um imposto sobre o carbono e iniciar eliminação de subsídios para as atividades intensivas em emissões, e apoio às famílias para gerenciar a transição climática.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187424?>